



theoretical production from the hegemonic model, in favor of a thought that allows one to glimpse other ways of life, related to LGBTQI+ people.

Keywords: Gender; Regional Development; LGBTQI+.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz consigo a intenção de provocar a partir de alguns conceitos, as relações existentes entre gênero e desenvolvimento regional, entendendo que os conceitos carregam uma variedade de significados e que, por tal razão, não são vistos como algo estanque.

Os conceitos são úteis no debate proposto para questionar: o que é desenvolvimento regional? Para quem ele é feito? Por que ele é concebido? São perguntas que conduzem a apresentação do primeiro entendimento: o de desenvolvimento regional. Esta compreensão leva em conta que desenvolvimento vai além de uma concepção meramente econômica, ou ainda relativa a dados e índices sociais. Assim, busca-se a análise da realidade do desenvolvimento regional brasileiro, mas tendo em vista que o Brasil faz parte de um subcontinente que também experimentou processos colonizadores semelhantes. Por isso a importância de se pensar um desenvolvimento regional decolonial. De acordo com Mignolo (2007), a terra não é originariamente dividida em quatro continentes. Porém, é uma regionalização que está imposta.

Com a apresentação do conceito de desenvolvimento, não se pode excluir a visão de colonialidade, pois o desenvolvimento apresenta em si tal lógica. Na medida em que parte-se de outros pontos de vista, que não os hegemônicos, é possível questionar e problematizar um conjunto de significados que historicamente sobrepujou experiências e negou pessoas. Este é o objetivo deste artigo: problematizar os conceitos de desenvolvimento regional e gênero e suas relações.

Para tanto, o artigo conta com três partes incluindo esta introdução. Na segunda parte é tratado o conceito de desenvolvimento regional, como dito alhures. Na terceira parte, é abordado o entendimento de gênero, buscando demonstrar que embora exista a presença do colonialismo intelectual, há um esforço para uma elaboração crítica. Na última parte busca-se trazer à baila alguns encaminhamentos



e questionamentos. Optou-se por não tratar desta última parte como considerações finais ou conclusão, porque o tema enseja novos escritos e novas pesquisas.

Desenvolvimento Regional: O que é?

A partir da segunda metade do século XX, o debate acerca do que seria desenvolvimento regional no Brasil recebeu maior atenção de pesquisadores e planejadores de políticas públicas. Se antes (especialmente a partir da década de 1940), o desenvolvimento era visto como algo associado à maneira como se dá a produção industrial e a acumulação de bens, atualmente, seu entendimento assume novas faces. Inicialmente, o desenvolvimento regional era associado, intrinsecamente, a questões econômicas e o fato de se incluir territórios não capitalistas em circuitos de acumulação de capital, estimular o consumo, e modificar bens naturais para *comodities* passou a ser sinônimo de sucesso e qualidade de vida (LANG, 2016).

Mas se houve uma modificação no pensamento acerca do que é desenvolvimento e, sobretudo, sobre a questão do desenvolvimento regional, as indagações residem em pontos que se referem a pensar para quem? Para quê? Por que? Pensar o desenvolvimento regional? Parte-se do pressuposto que as acepções que envolvem o desenvolvimento e a região relacionam experiências sociais, culturais e históricas, além de um conhecimento próprio que deve ser adotado (BUTZKE, THEIS e MANTOVANELLI JÚNIOR, 2018).

Nesse contexto, pensando a maneira como as regiões são concebidas, quem as elabora, ou quais grupos sociais as ocupam (pensando, inclusive, as posições de poder), os entendimentos sobre desenvolvimento e região apontam para a existência de experiências de diferentes espaços e tempos que se compelem aos atuais espaços e tempos. Importa, então, ir além do entendimento de que as regiões são hegemônicas e possuem um único lugar no tempo e no espaço. É necessário interpelar os conceitos nesse sentido para refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento.

Quando o desenvolvimento regional é pensado diante da realidade brasileira, resta imperativo mencionar que as práticas coloniais impuseram condições para as pessoas latino-americanas. Ainda, nos atuais dias, a colonialidade e suas práticas influenciam o poder, que está embasado no sistema de capital (MÉSZÁROS, 2002)



este sistema histórico, somente novas alternativas poderão desbloquear um modelo de acumulação e de sociedade esgotado. Cabe a nós imaginá-las e começar a executá-las.”

No tocante ao conceito de desenvolvimento, sua análise, elaboração e discussão ocorreu somente em poucos espaços, como as universidades e espaços de gestão do governo. Nesse caso, reafirma-se o erro de pensar-se o desenvolvimento apenas como algo relativo à economia, a bons números estatísticos e outras condicionantes (SOUZA, 1997). No caso brasileiro, essa discussão restrita resultou na elaboração de grandes planos e políticas que trouxeram impactos ao meio ambiente e à sociedade. É preciso considerar que o desenvolvimento está para além dos espaços mencionados. É necessário resgatar o pensamento autóctone brasileiro e de outras minorias, assim como as contribuições dadas por reflexões de latino-americanas, justamente porque a ideia de desenvolvimento, a partir de um viés hegemônico, é uma herança do pensamento ocidental e uma crítica a esta hegemonia se faz necessária, principalmente, para se pensar em uma agenda política que vincule uma proposta decolonizadora (ESTEVA, 2000; GUDYNAS, 2011)

Assim, para Butske, Theis e Mantovanelli Júnior (2018, p. 104), é importante considerar, sobre desenvolvimento e região, que

o conhecimento dos conceitos e da história não pode ser limitante. Que os desafios sejam discutidos com clareza, de forma aberta e urgente (WALLERSTEIN, 2006). “O que existe, portanto, não é o desenvolvimento de uma ideia universal rumo ao futuro, que se identifica com o progresso, o que existem realmente são bifurcações que permitem construir vários futuros, quer dizer, os ‘futuríveis’ ou futuros possíveis.” (SEGRERA, 2005, p. 221). É assim que os dois conceitos devem ser encarados.

Diante do exposto, referir aqui todas as potencialidades para o desenvolvimento regional brasileiro, a partir de minorias, seria, sem dúvida, um contrassenso, tendo visto a envergadura demandada para tal empreendimento. Não obstante, tem-se como objetivo proceder a uma ousada, porém, cuidadosa aproximação entre desenvolvimento regional e gênero, pensando este último a partir das pessoas LGBTQI+. Persiste, contudo, uma intenção transcendente, que encontra-se assentada na intenção e disposição de diminuir angústias e incertezas a partir do reconhecimento de que existem *gentes* num território e que estas gentes



possuem coragem para emitir reflexões sobre seus dissabores e suas adversidades e possibilidades.

Refletindo sobre gênero

Para se manter a mesma linha de pensamento, pensa-se o entendimento de gênero também a partir de uma perspectiva decolonial. Para tanto, assim como Silva, Ornat e Chimin Júnior (2017), ao abordarem a difícil tarefa de se construir uma geografia feminista, tem-se que aqui também é um desafio pensar sobre gênero a partir de lugares não centrais, ou não lugares, para a construção de uma epistemologia que se localiza nos meandros do poder tradicional epistemológico. Pensar sobre gênero, sob esta ótica, é fazer questionamentos a partir de diferentes realidades.

De antemão, saliente-se que analisar questões sobre gênero a partir da decolonialidade é uma possibilidade teórica, inclusive por meio de um pensamento *queer* decolonial, pois a forma de pensar, as perguntas feitas, as indagações e os problemas são diferentes. Larissa Pelúcio (2014) provoca reflexões ao afirmar que é pensar uma “teoria cu” e no “cu do mundo”. Pensar sobre gênero de maneira decolonial traz à luz uma conscientização de que existe um poder hierarquizado que naturaliza questões de raça e também de gênero, permitindo uma dominação territorial que se reproduz e que olvida vivências, experiências e conhecimento. Essa acepção é cabida para explicar o motivo da utilização de autores(as) que não são latino-americanos, mas que contribuem, sensivelmente, para a análise de questões tocantes a gênero.

Scott (1995) define gênero como um elemento que constitui as relações sociais conforme a diferenciação sexual entre homens e mulheres, além de justificar as relações de poder, ignorando justificativas biológicas e considerando construções culturais. Para a autora é impossível compreender aspectos da feminilidade isoladamente das noções de masculinidades. A autora segue afirmando que há dificuldade em teorizar o gênero, na medida em que análises tradicionais realizadas por pesquisadores(as) feministas impuseram limitações ao entendimento do processo de construção social.

Silva (2014) afirma que a sociedade está estabelecida por meio de uma hierarquia e organizada a partir de uma lógica generificada. Assim, Scott (1995, p.



Para Butler (2013), a matriz heterossexual é resultante da coexistência entre sexo, gênero e desejo e tal matriz reporta-se à maneira como corpos, gênero e desejos são tratados como naturais. Diversas especialidades, como a escola, são condicionadas por essa matriz heterossexual (SANTOS e ORNAT, 2017), logo, pelo que Butler (2013) trata como heteronormatividade ou heterossexualidade enquanto uma norma. As práticas heteronormativas “referem-se também à reiteração de normas que são anteriores aos sujeitos, fenômeno esse que ao mesmo tempo expõe e esconde suas regras compulsórias de linearidade entre sexo, gênero e desejo”. (SANTOS e ORNAT, p. 29).

Destaque-se que o pensamento hegemônico, sobretudo o jurídico e o médico-biológico auxiliam na perpetuação do mecanismo de gênero e como a estrutura jurídica é responsável pela construção política das pessoas, resta impossível tratar de gênero dissociado de intersecções culturais e políticas (BUTLER, 2013).

E assim corpos, embora pouco presentes nas análises do desenvolvimento regional brasileiro, são elementos que devem ser investigados, a fim de conceber um desenvolvimento plural e complexo. Apesar de ainda haver uma força regulatória do gênero e sexualidade, existem ações de resistência e luta que questionam a ordem social estabelecida.

Considerações e encaminhamentos

O desenvolvimento regional é um conceito que ainda movimenta diferentes debates em distintos espaços. Para Veiga (2005, p. 44), “só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas”. Estas capacidades podem ser vistas como possibilidades que os sujeitos podem alcançar, como ter qualidade de vida, acesso à educação formal e ter recursos úteis para manter um nível de vida com dignidade e ter condições de participar da vida em sociedade. Por outro caminho, para Souza (1997) o desenvolvimento, para além do mito e da ideologia, deve ser atrelado a cada contexto social e cultural particular, de maneira multiescalar. Deve ser variavelmente plural. Instável, como que um movimento sem fim, sem estágio final, direção concreta, na qual uma sociedade se torna mais justa e aceitável para todas e todos os seus membros.



Quando pensa-se o desenvolvimento regional ante a acepção de apenas dados e índices econômicos, ele deixa de ser um potencial para o desenvolvimento da sociedade e passa a servir apenas à interesses hegemônicos e capitalistas. Quando é associado às pessoas LGBTQI+ é perceptível que, em um primeiro plano, os estudos relativos à temática são escassos e envolvem o embate com discursos dominantes que perpetuam discriminações, sobretudo de ódio, contra as pessoas LGBTQI+⁵. Emerge nesse contexto a necessidade de pensar políticas públicas, ações e mecanismos de transformação social. A grande pauta de pesquisa que movimenta o desenvolvimento regional e sua relação com gênero está respaldada na sua relação com as mulheres, mulheres pesquisadoras, mulheres força de trabalho, mulheres que concebem um saber-fazer que também pode contribuir para o desenvolvimento regional, como é o caso dos estudos do coletivo *Mulheres que pensam o desenvolvimento regional*, composto por pessoas que estão vinculadas aos grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau, especialmente do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional⁶.

Diante disso, o objetivo desse artigo foi o de apresentar o referencial-teórico que pode fornecer algumas pistas para a elaboração de agendas de pesquisas que envolvem desenvolvimento regional e pessoas LGBTQI+. O artigo se insere no esforço mais amplo de pensar o desenvolvimento regional segundo as contribuições dessas pessoas, que vivem e experienciam o espaço brasileiro. Também intencionou-se dar visibilidade ao esforço de sujeitos que pensam e questionam o desenvolvimento regional decolonizador. Conhecer a história das pessoas LGBTQI+, das pessoas que contribuíram para escrevê-la e que ainda contribuem, é essencial para tornar o ato de pesquisa um ato também político, que posiciona o(a) pesquisador(a) em relação ao que é e ao que faz.

⁵Cite-se que embora esteja-se falando em desenvolvimento regional para além de índices e dados exclusivamente econômicos, que excluir minorias sexuais, também implica em um custo econômico para a sociedade. No caso da Índia, a criminalização do sexo entre homossexuais causou um prejuízo entre 0,1% e 1,7% do PIB – ou algo entre US\$ 1,25 e US\$ 7,7 bilhões. Foi somente em 2018 que ser homossexual deixou de ser crime na sociedade indiana. Maiores informações: <https://exame.abril.com.br/economia/homofobia-prejudica-desenvolvimento-diz-banco-mundial/> e <https://oglobo.globo.com/sociedade/ser-homossexual-deixa-de-ser-crime-na-india-mas-ainda-em-71-paises-23045798>

⁶ Maiores informações podem ser obtidas no website do coletivo: <https://mulheresnodedesenvolvimento regional.com/>



Por tudo que foi exposto, promover o desenvolvimento regional na realidade atual deve levar em consideração a horizontalidade desse processo, ter conhecimento da região em questão e, no caso da relação com pessoas LGBTQI+, ter em mente que elas podem ser potencialidade para o próprio desenvolvimento regional, ainda mais quando são elaborados instrumentos de coesão social para a concretização das intenções comuns à população envolvida.

Claramente, um governo comprometido também detém importância. Um governo quando aliado com a dimensão horizontal e não a vertical do processo (esta dimensão vertical atende aos interesses hegemônicos e vê no território uma possibilidade de lucro), pode perceber, identificar e estimular as reais potencialidades da região.

Assim, as pessoas LGBTQI+ têm se articulado e mobilizado com a intenção de alcançar o reconhecimento de seus direitos. Esta mobilização é evidenciada pela participação social, pela presença dessas pessoas em espaços como o congresso brasileiro, pela conformação de movimentos, grupos, coletivos e associações (a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais é um exemplo), como também de intelectuais acadêmicos e outros.

O presente artigo não teve como intenção a explicitação dos entendimentos que envolvem gênero, como a descrição detalhada de cada uma das identidades de gênero e de orientações afetivo-sexuais em que estão inseridas as pessoas LGBTQI+, conteúdo este que incansavelmente vêm sendo debatido. Procurou-se expor um entendimento acerca de desenvolvimento regional, decolonial, que possui relação com um grupo de pessoas que foi e em muitas situações ainda é subjugado e silenciado por um sistema econômico dominante: o capitalista.

Por fim, é importante destacar que o desenvolvimento regional também perpassa a implementação de ações e de políticas públicas voltadas à população LGBTQI+ e qualquer risco de fundamentalismo religioso imbricado na estrutura estatal compromete a realização dessas ações e políticas.

Finalmente, tem-se que é importante agir no mundo e se refletir sobre isso. Esta reflexão carece de conhecimento, de identificação de categorias, de relatos, de experiências e vivências que rompam com o pensamento hegemônico e com a ideia de um único mundo possível. Logo, alguns questionamentos surgem para pesquisas: como os papéis de gênero podem romper com o modelo de

